

SEIXAL RECOLHEU
QUASE CEM
TONELADAS DE
'ELETRÓNICOS'

Pág. 4



ALMADA 'GARANTE'
APOIO PARA
REDUZIR RUÍDO
EM 12 MIL CASAS

Pág. 9



FILM FEST REGRESSA
PARA REFORÇAR
ROTEIRO CULTURAL
DE SETÚBAL

Pág. 13

Somos
informação
segura
semmais.pt

+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1363
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
16 outubro
2026
0,50

semmais

PRISÕES DA REGIÃO

SETÚBAL E MONTIJO SOB ALERTA VERMELHO



Falta de efetivos e sobrelotação sem solução à vista. Na capital do distrito os guardas prisionais estão em greve há seis meses, os presos só saem das celas duas horas por dia e são os advogados a intermediar desacatos que se têm verificado desde dezembro.

Pág. 3

ENTREGA
DE NOVOS
COMBOIOS
DA FERTAGUS
ATRASADA
PELO MENOS
UM ANO

Pág. 5



PESCADORES
À BEIRA DE
'ATAQUE
DE NERVOS'
COM ACESSO
AO PORTO
DE SESIMBRA

Pág. 6

NOVO PDM DE ALCOCHETE 'ABRE' PORTAS AO FUTURO

Cerca de 80 por cento do território continuará vedado à construção, mas reaproveitamento de terrenos vai permitir instalação de empresas. Autarquia prevê mais 10 mil habitantes na próxima década.

Pág. 2

ALMADA INSISTE 'À TERCEIRA' NO NOVO REFEITÓRIO ESCOLAR NA COSTA

O novo refeitório da EB2 da Costa da Caparica está previsto há seis anos, mas os concursos para a sua construção ficaram desertos. O município prepara outras intervenções em escolas do concelho.

Pág. 8

GRÂNDOLA ÀS VOLTAS COM ONDA DE FURTOS NO COMÉRCIO LOCAL

A denúncia partiu do presidente da edilidade, que põe a nu a falta de efetivos e as dificuldades no patrulhamento do concelho. Luís Vital aguarda resposta a um pedido de reunião urgente com a tutela.

Pág. 4

QUERCUS TEME ABATE DESENFREADO DE JAVALIS NA ARRÁBIDA

Pág. 7



WWW.UNIPS.PT
ESTUDAR@IPS.PT



+ UNIVERSIDADE.
+ POLITÉCNICA.
A evolução continua



UNIVERSIDADE
POLITECNICA
SETÚBAL

PUBLICIDADE

REVISÃO DO PDM ABRE ESPAÇO PARA EMPRESAS, NOVOS HABITANTES E TURISMO

Alcochete ‘ataca’ o futuro a reboque de investimentos estruturantes



Cerca de 80 por cento do território continuará vedado à construção, mas o reaproveitamento de terrenos irá permitir que as empresas se instalem. Autarquia prevê ter mais 10 mil habitantes nos próximo dez anos.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

ALCOCHETE posiciona-se para, a curto e médio prazo, se tornar uma das principais referências na península de Setúbal. A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) está em marcha e, caso mereça aprovação, terá implicações diretas em quase todos os setores do concelho. Irá rentabilizar os terrenos industriais já existentes e possibilitar a chegada de novas empresas. Irá igualmente aumentar a população residente, que dentro de dez anos terá crescido em cerca de um terço relativamente à que agora existe. O turismo prepara-se para ganhar um novo polo, com o aproveitamento dos antigos locais de seca do bacalhau. Projetos não faltam. Tudo a reboque do novo aeroporto, do comboio de alta velocidade e da nova travessia do Tejo.

O presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Fernando Pinto, entende que este é o momento de, alterando um PDM cuja última modificação ocorreu na década de 1990, o concelho dar passos significativos nos setores produtivos, turístico e demográfico: “Basicamente pretendemos aproveitar os terrenos que já existem ao serviço das empresas. Pretendemos criar condições para que no local das antigas secas de bacalhau, que se encontram ao abandono, o dono

e promotor possa desenvolver um projeto turístico de grande qualidade, e pretendemos também, através da criação de novos empregos e criação de um melhor parque habitacional, aumentar a população. Se tudo correr como previsto, dentro de dez anos o concelho de Alcochete terá 30 mil habitantes, mais 10 mil do que os que agora existem”.

Sem que seja possível quantificar ainda o custo de todas as operações pensadas, Fernando Pinto refere, no entanto, que todos os projetos terão viabilidade económica. Disso mesmo se dará conta às populações das freguesias de São Francisco, Samouco e Alcochete, onde em breve irão decorrer apresentações da proposta do novo PDM. “Queremos, naturalmente, que a população se pronuncie e apresente ideias capazes de melhorar a qualidade de vida em todo o concelho”, diz ao Semmais.

ÁREA URBANA DE GÉNESE ILEGAL PODE AVANÇAR

O primeiro passo que o executivo municipal quer dar no sentido de melhorar a qualidade urbanística do concelho passa para que, a breve trecho, sejam criadas duas AUGI (Área Urbana de Génese Ilegal). Trata-se de um projeto

que, de acordo com o presidente do município, abrange precisamente os dois locais onde as habitações que subsistem não estão legalizadas.

“Queremos que o Terroal, no Passil, e o Bairro do Maçãs, na freguesia de Alcochete, sigam todos os passos legais para se tornarem AUGI. Isso implica que os moradores, que serão, talvez, uma centena, se organizem em comissões para que os processos se iniciem. A câmara municipal, como é sua obrigação, irá contribuir com tudo o que puder e estiver nas suas competências”, refere Fernando Pinto.

A recuperação dos locais de génese ilegais é, no entanto, apenas um primeiro passo tendo em vista a revitalização urbanística. O autarca alcochetano salienta que, no futuro, nem sequer será necessário utilizar mais terrenos que agora são protegidos para que se instalem novas empresas e, em consequência, novos residentes.

“Dos 126 quilómetros quadrados do concelho, cerca de 80 por cento são reserva agrícola, zona de proteção especial e Rede Natura. Não precisamos, no entanto, de libertar esses terrenos para a instalação de novas indústrias. Na verdade, atualmente, temos cerca de 2.000 empresas aqui sediadas. Dessas, apenas

cinco podem ser consideradas de grande dimensão, empregando 200 ou mais pessoas. O que temos atualmente são muitos espaços que podem ser redefinidos, dando lugar a mais empresas. São espaços que se encontram desaproveitados, apesar de bem localizados, porque se localizam junto às estradas. Havendo empregos de qualidade há, também mais gente a morar na zona e, felizmente, ainda existem espaço para construir habitação”, afirma o autarca.

Fernando Pinto diz que o objetivo imediato passa igualmente por dotar o concelho de um conjunto de infraestruturas capazes de suportarem o afluxo de novas empresas e residentes; “É por isso que já estamos a desenvolver projetos que têm como objetivo criar melhores acessibilidades, melhor saneamento e mais captação de água”.

“O desenvolvimento turístico, que é muito importante face aos grandes projetos estruturantes que se aproximam, nomeadamente o aeroporto, o comboio de alta velocidade, a nova travessia do Tejo e, quem sabe, mais tarde até uma quarta ponte, parece-nos salvaguardado caso avance um projeto já pensado para o local das antigas secas de bacalhau, o qual se encontra ao abandono e sem o devido aproveitamento”, acrescenta o presidente do município. “O promotor do projeto é o dono dos terrenos e essa é, desde logo, uma vantagem. A Câmara Municipal apoia todos os projetos que possam trazer mais-valia ao concelho e esse será, certamente, um dos que irá trazer mais riqueza e qualidade”, reforça. ■

FALTA DE GUARDAS E SOBRELOTAÇÃO SÃO PERMANENTES E SEM RESOLUÇÃO À VISTA

Estabelecimentos prisionais de Setúbal e Montijo em alerta vermelho

Na capital de distrito os guardas prisionais estão em greve há cerca de seis meses. Os presos só saem das celas duas horas por dia e são os advogados que têm intermediado e impedido desacatos violentos como os verificados em dezembro.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

“À BEIRA da rutura total.” É desta forma que é caracterizado o Estabelecimento Prisional de Setúbal. Os guardas prisionais destacados para aquele presídio encontram-se em greve há mais de seis meses. Protestam contra a precariedade das condições de segurança em consequência da falta de efetivos. A principal consequência desta paralisação é o tempo abertura (fora das celas) dos reclusos, que passou de 11 para duas horas diárias.

“A situação é mesmo muito grave. Os poucos guardas que ainda ali prestam serviço estão em greve há mais de seis meses, depois de já no ano passado terem paralisado pelos mesmos motivos: falta de gente para trabalhar em segurança. É um barril de pólvora que pode rebentar a qualquer instante, pois os presos passam quase todo o dia fechados nas celas”, explicou ao Semmais fonte da Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP).

Guardas e outros funcionários da DGSP dizem que

neste momento estão em Setúbal “mais de 200 reclusos”, um número que ultrapassa largamente os 162 lugares da cadeia. “A sobrelocação é algo que se repete todos os meses e que só contribui para agravar as condições de segurança, sobretudo num momento em que os guardas já estão tão saturados que acabam, muitos deles, por apresentar baixa médica”, explicou a mesma fonte, adiantando ainda que a própria estrutura de comando está “largamente deficitária”. “Apenas está ao serviço um chefe. Havia outro, mas foi-se embora. As pessoas estão saturadas desta situação que o Ministério da Justiça não resolve. A situação que se vive em Setúbal repete-se um pouco por todo o país”, acrescentou.

No Montijo, outra das cadeias de pequena dimensão existente no distrito (a maior, com um nível de segurança mais elevado, é Pinheiro da Cruz) “a situação é praticamente idêntica: Há presos a mais e guardas a menos. As dificulda-



IMAGEM DR

Prisões deviam ter encerrado em 2017

As cadeias de Setúbal e Montijo deveriam ter encerrado em 2017, conforme foi previamente anunciado pelo Ministério da Justiça. Estes dois estabelecimentos, assim como o EPL e dois outros não especificados, deveriam ter transferido as suas populações prisionais para uma cadeia de alta segurança e grande dimensão que esteve projetada para terrenos do Estado conhecidos como Gil Vaz e localizados próximo de Canha e onde funcionava a escola de aprendizagem agrícola. “Também se disse, posteriormente, que o Montijo iria passar a ter uma cadeia com capacidade para 600 a 800 reclusos e que custaria entre 40 a 50 milhões de euros. Todos esses projetos caíram e ninguém explicou nada. Parece que falta dinheiro, até porque para encerrar uma cadeia é necessário, primeiro, construir outra. Agora o encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa é dado como garantido e parte dos presos (100) irão para a antiga cadeia feminina de Odemira, de onde já saíram todas as mulheres. Diz-se ainda que outros vão ser distribuídos por Alcoentre, Linhó, Sintra e pela ala Sul de Caxias. Nada se fala, no entanto, sobre o Montijo e Setúbal, onde as condições pioram de dia para dia. Parece que se aguarda apenas que algo de muito mau aconteça para então se tomarem medidas”, referiu um dos guardas que falou ao nosso jornal.

des para manter a ordem são imensas. Os reclusos acabam por ser penalizados, pois têm cada vez mais dificuldades em deslocar-se ao hospital e recebem cada vez menos visitas”.

ADVOGADOS TÊM “SEGURADO AS PONTAS”

Os guardas com quem o nosso jornal falou, e que se escudam no anonimato, referem que, até ao momento, não há a registar grandes problemas com a população prisional, sobretudo a de Setúbal, porque “os próprios advogados deles (dos reclusos) têm acalmado os ânimos”.

No entanto, nem sempre tem sido assim. Em dezembro do ano passado, em Setúbal, mais de três dezenas de presos envolveram-se numa cena de pancadaria quando se encontravam no pátio. Três guardas que acorreram aos distúrbios acabaram por ficar feridos.

“Não sabemos por quanto mais tempo será possível manter esta aparente tranquilidade. Ao todo falta no país cerca de 1.600 guardas prisionais, que é cerca de um terço do quadro. Os chefes, que deveriam ser mais de 520, resumem-se a pouco mais de 200. Para piorar tudo, a idade média é superior a 50 anos”, disse uma das fontes contactadas. ■

7 DIAS

SIMARSUL INVESTE 472 MIL EUROS EM SANEAMENTO

A SIMARSUL vai investir cerca de 472 mil euros na construção de um sistema de drenagem e elevatório na Lançada, freguesia de Sarilhos Grandes, no Montijo. A intervenção permitirá encaminhar as águas residuais para tratamento na Estação de Tratamento de Águas Residuais do Afonsoeiro, reforçando a rede de saneamento e contribuindo para a proteção dos recursos hídricos e a melhoria das condições ambientais.

REGULAMENTO DA POLÍCIA MUNICIPAL DE SETÚBAL PUBLICADO

Foi publicado na terça-feira, em Diário da República, o regulamento aprovado pela Assembleia Municipal de Setúbal para a constituição da Polícia Municipal,

JOÃO CRUZ CONQUISTA OURO NO PARAGUAI



Depois de se ter sagrado campeão europeu em setembro, em Itália, João Cruz voltou a subir ao lugar mais alto do pódio na patinagem livre, conquistando, no domingo, o primeiro título mundial da carreira. No Paraguai, o jovem setubalense alcançou um total de 255,75 pontos.

que deverá arrancar com 40 agentes e terá competências em áreas como a fiscalização do trânsito, estacionamento, ambiente e regulamentos municipais. A Polícia Municipal ficará instalada num edifício adaptado na Rua Jorge de Sousa.

PRISÃO PREVENTIVA PARA SUSPEITOS DE HOMICÍDIO

Dois homens e uma mulher, detidos pela Polícia Judiciária por suspeitas de envolvimento no homicídio de um homem de 44 anos, ocorrido em maio, em Setúbal, vão aguardar julgamento em prisão preventiva. Segundo a investigação, o crime, alegadamente precedido de um estudo pormenorizado das rotinas da vítima, terá sido motivado por conflitos familiares relacionados com o exercício das responsabilidades parentais e dificuldades económicas.



“É nas regiões que se asseguram as grandes transformações e se decide a competitividade

TERESA ALMEIDA, presidente da CCDD - LVT, na preparação da península de Setúbal para o próximo quadro europeu.

Furtos no comércio local em Grândola aumentam preocupação com a segurança

O presidente da câmara denuncia a falta de efetivos e as dificuldades no patrulhamento de um concelho com mais de 800 quilómetros quadrados. O município pediu uma reunião urgente à tutela, mas ainda não obteve resposta.

OS RECENTES furtos em estabelecimentos comerciais de Grândola voltaram a levantar preocupações sobre a segurança no concelho e a capacidade de resposta das autoridades. A falta de efetivos e de meios materiais da GNR é apontada pelo presidente da câmara como um dos principais problemas, num território marcado pela dispersão geográfica e onde o município continua sem resposta ao pedido de reunião urgente com o Governo.

“É evidente que temos um défice de meios humanos, mas também materiais. Com menos de 30 militares, é muito difícil assegurar patrulhamento apeado, rondas de proximidade e operações preventivas mais estruturadas”, diz Luís Vital Alexandre ao Semmais, sublinhando as dificuldades de policiamento num concelho com mais de 800 quilómetros quadrados.

Perante as preocupações manifestadas pelos comerciantes, a autarquia está a adquirir uma viatura para ceder à GNR. A instalação de videovigilância no centro da vila permanece, contudo, numa fase inicial e sem calendário definido. “Trata-se de um processo complexo e moroso, que exige articulação entre a câmara, a GNR e o ministério, além da validação da entidade responsável pela proteção de dados. Estamos a iniciar esse trabalho agora”, explica o autarca.

QUARTEL E ILUMINAÇÃO SEM SOLUÇÃO DEFINITIVA

A falta de financiamento continua também a condicionar a construção do novo quartel da GNR, apesar de já terem sido aprovados os projetos de arquitetura e das especialidades. Segundo Luís Vital Alexandre, a verba prevista pelo Governo é inferior a dois milhões, muito aquém dos cerca de oito



milhões estimados para a obra.

Em julho, o município enviou uma atualização dos custos ao Ministério da Administração e aguarda uma resposta. O presidente da câmara considera que o financiamento previsto não é compatível com as soluções definidas no projeto aprovado. “As opções de

projeto não foram da câmara, foram das estruturas da GNR. Não acompanhar essas opções do ponto de vista orçamental será o mesmo que dizer que não concorda com o projeto aprovado pela própria GNR”, critica.

A iluminação pública é outra das queixas dos comer-

ciantes, que apontam zonas do centro da vila onde a falta de luz persiste há anos. O autarca denuncia a ausência de manutenção da rede ao longo da última década e afirma que a E-Redes prevê avanços significativos nas intervenções consideradas prioritárias até ao final do ano.

Apesar de reconhecer a preocupação causada pelos furtos, Luís Vital Alexandre considera que as ocorrências se concentraram num curto período e apela a que não seja criado alarme social. Admite, ainda assim, que as transformações sociais dos últimos anos não foram acompanhadas por uma adaptação das políticas de policiamento às necessidades do território.

Contactado pelo Semmais, o Comando Territorial de Setúbal da GNR não apresentou uma reação em tempo útil. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Seixal recolheu 95,9 toneladas de equipamentos eletrónicos em 2025

Presidente da câmara alerta para o aumento da deposição ilegal de resíduos e lembra que se as normas forem cumpridas evita-se o aumento das taxas de gestão.

O MUNICÍPIO do Seixal foi o segundo, entre 14 da Área Metropolitana de Lisboa, onde no ano passado maior quantidade de equipamentos eletrónicos foram recolhidos. Ao todo, as equipas da Eletrão, empresa que combate o abandono de lixo eletrónico na via pública e o seu desvio para o mercado paralelo, encaminhando-o para reciclagem ou reutilização social, recolheu no concelho da margem Sul 95,9 toneladas de vários equipamentos. Aos números destes materiais, o Seixal junta também o êxito obtido na recolha de biorresíduos, situação que fará com que as taxas de gestão se mantenham inalteradas.

À frente do Seixal na recolha de equipamentos eletrónicos apenas ficou o concelho

de Lisboa, com 131,3 toneladas recolhidas em operações porta-a-porta. De acordo com a empresa responsável pelas operações, procedeu-se também, na margem Sul do Tejo, à recolha de materiais nos concelhos da Moita, Almada e Palmela, não havendo, contudo, indicação das quantidades ali entregues, mas apenas do total dos 14 concelhos abrangidos, tendo sido atingidas 613,3 toneladas.

O presidente do município seixalense, Paulo Silva, em declarações ao nosso jornal, salientou a satisfação pelos números contabilizados no concelho mas, ao mesmo tempo, não deixou de criticar o facto de haver cada vez mais abandonos de todo o tipo de materiais na via pública e em locais



não autorizados. “Existe muita deposição ilícita e, por isso, há muito trabalho a ser desenvolvido. Direi mesmo que, face ao aumento do abandono dos resíduos, até parece que estamos perante uma regressão civilizacional. Isso é tão mais incompreensível quanto é sabido que estes serviços

são gratuitos, bastando que as pessoas façam um telefonema para os serviços municipais e agendem a data do levantamento”, disse.

Paulo Silva avançou, por outro lado, que a boa gestão de todo o tipo de resíduos só traz vantagens para os contribuintes: “Devido aos bons resulta-

dos que obtivemos, por exemplo, na recolha de biorresíduos, a nossa taxa vai manter-se inalterada nos 40 euros, ao passo que noutros concelhos onde os objetivos não terão sido alcançados, a mesma vai subir para 45 euros anuais. Isto só demonstra que vale a pena ter programas que alertem todas as pessoas, de todas as áreas laborais, para a necessidade de reciclar. Os biorresíduos, por exemplo, servem para produzir energia”.

O autarca do Seixal lembrou, por fim, que a câmara vai continuar com as ações de sensibilização em todo o concelho e salientou que só no Centro de Higiene Urbana existente em Fernão Ferro foram recolhidos no ano passado mais resíduos do que “em todos os nove centros que a Amarsul tem na península de Setúbal”. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

100

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

TRIVALOR
Servimos bem-estar.

www.trivalor.pt

SINAL MAIS
MÁS SERVICES

STRONG
CHARON

gertal

iberlim

itau

ticket
Serviços

SERDIAL
VENDING

EMPORARIA

Sagenave

EMPORARIA

café
FEB
Desde 1942

B2B

FOOD SERVICES

Restauração Coletiva

Restauração Pública e
Catering de Eventos

Vending

FACILITY SERVICES

Segurança Humana e Eletrónica

Limpeza

Benefícios e Incentivos

Manutenção e Gestão de
Facilities

Gestão Documental

Trabalho Temporário e
Outsourcing

LOGISTICS AND DISTRIBUTION

Representações e Logística

Produção Alimentar

Produção Industrial

MANAGEMENT AND SERVICES

Gestão Integrada de Serviços

Serviços Partilhados

Saúde e Segurança no Trabalho

Pescadores com o “credo na boca” devido à incerteza sobre acesso ao porto de Sesimbra

A suspensão temporária da interdição da EN378 não afasta os receios do setor. Um encerramento prolongado ameaça uma atividade que movimenta milhões e sustenta centenas de famílias.

HÁ MESES que os pescadores de Sesimbra vivem com o “credo na boca”, perante a incerteza quanto ao futuro da estrada de acesso ao principal porto do país em volume de pescado. O encerramento prolongado da EN378, a única via adequada à circulação de veículos pesados, pode comprometer o abastecimento das embarcações e o escoamento do peixe, com prejuízos de milhares de euros e graves consequências sociais.

O alerta é deixado ao Semmais por Carlos Macedo, administrador da Artesanalpesca, organização de produtores que movimenta anualmente mais de 20 milhões em pescado dos seus associados. A estrutura emprega 85 pessoas, reúne mais de 500 pescadores e comercializa mais de 10 mil toneladas de peixe por ano.

“Os carros de combustível não podem passar, o peixe que aqui for capturado e descarregado não pode sair do porto, os compradores não conseguem cá chegar”, explica, alertando para o risco de paralisação da atividade, que poderá conduzir a uma “situação social insuportável”, deixando os

pescadores sem rendimentos e as empresas com sérias dificuldades.

Na origem do impasse está uma providência cautelar apresentada por um condomínio situado junto à EN378, na sequência do deslizamento de terras ocorrido em fevereiro. O diferendo prende-se com a definição das responsabilidades pelas intervenções na estrada e no talude adjacente. O tribunal prorrogou por dois meses a suspensão da ordem provisória de encerramento da via.

Durante os períodos de interdição, a Artesanalpesca, à semelhança de outros operadores do setor, já suportou custos adicionais. Segundo Carlos Macedo, os transportadores contratados pelos clientes recusam circular numa estrada sinalizada como interdita, obrigando a organização a assegurar a entrega do pescado pelos próprios meios.

Carlos Macedo espera que o prazo concedido pelo tribunal permita alcançar um entendimento e avançar com as obras necessárias. “Ficamos sempre aqui um bocadinho com o credo na boca à espera que haja a

resolução final, porque isto foi só um adiar”, afirma.

Na sequência da diligência judicial de 29 de setembro, o Conselho Municipal das Pescas adiou a concentração prevista para 3 de outubro. O organismo espera que os próximos dois meses tragam progressos concretos, admitindo convocar novo protesto caso o impasse persista. Em comunicado, revela ainda que foi entregue ao tribunal um contrato das Infraestruturas de Portugal (IP) relativo ao projeto de estabilização do talude.

Por seu lado, o presidente da câmara de Sesimbra, Francisco Jesus, defende, em declarações ao Semmais, uma rápida clarificação das responsabilidades pelas obras e revela que a IP comunicou a existência de financiamento para a intervenção a seu cargo.

“Estamos perante uma situação que pode pôr em causa um conjunto significativo de atividades económicas relevantes para o concelho, não apenas a pesca, os derivados da pesca, as marítimo-turísticas, a hotelaria”, alerta. ■

TEXTO DAVID MARCOS



IMAGEM DR

Navios de cruzeiro regressam ao Sado no próximo ano

Administração dos Portos de Lisboa, Setúbal e Sesimbra aguarda apenas a certificação de segurança. Chegada de pequenas embarcações de cruzeiro, até 300 passageiros, é vista como incremento turístico.

O PORTO de Setúbal vai receber, a partir do próximo ano e de forma regular, navios de cruzeiro de pequena e média dimensão. Trata-se de reativar, por parte da administração portuária, uma atividade que foi iniciada há dois anos mas que acabou por ficar suspensa devido à necessidade de criar instalações capazes de albergar os serviços de fiscalização de passageiros e carga.

O presidente da administração, Vítor Caldeirinha, explicou ao Semmais que neste momento apenas se aguarda a certificação obrigatória das instalações que foram construídas para que se iniciem os contactos com os operadores turísticos que, posteriormente, vão trazer até à cidade os navios turísticos: “Não é um investimento muito avultado, mas corresponde às imposições legais da Direção de Serviços de Inspeção, Monitorização e Controlo das Atividades Marítimas. Esperamos que o processo de certificação de segurança esteja pronto em breve e que já no próximo ano comecemos novamente a receber embarcações”. As obras no edifício onde várias autoridades irão proceder ao controlo de passageiros e carga foram anunciadas no início deste mês.

Vítor Caldeirinha adiantou ainda que a chegada de navios de cruzeiro a Setúbal não acar-

reta custos ambientais para o Sado. “São embarcações que, no máximo, transportam 300 pessoas e que não podem fazer qualquer descarga poluente no rio”, referiu.

A chegada destes navios a Setúbal é igualmente vista como um importante fator de desenvolvimento turístico para a região. O mesmo responsável entende que o afluxo de turistas poderá ter repercussões positivas não só na cidade, mas em toda a zona da Arrábida, Azeitão, Comporta e até em Évora. “Tudo vai depender dos programas elaborados por cada operador turístico, mas é evidente que há benefícios para todas as localidades que passem a receber os visitantes transportados pelos navios de luxo de pequena e média dimensão que cruzam o Atlântico, venham eles diretamente para a região ou que apenas façam escala”, adiantou.

Explicando que a atividade de instalar na área portuária do Sado não será concorrente com a que é desenvolvida no porto de Lisboa, mas sim complementar, Vítor Caldeirinha, adiantou ainda que é esperado ter a funcionar na capital, até 2030, todo o sistema elétrico que irá alimentar as embarcações que ali aportem, reduzindo-se desse modo a carga poluente que possa existir. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO



IMAGEM DR

Quercus teme mortandade desenfreada de javalis na Arrábida

A ASSOCIAÇÃO ambientalista Quercus pretende que se faça um levantamento rigoroso do número de javalis que existem na Arrábida (concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra) antes que sejam autorizadas as ações de controlo de densidade (abate). Os ambientalistas entendem que a oferta de uma determinada quantia por cada animal morto com autorização do Estado poderá desencadear uma ação de extermínio desenfreada da espécie que, afirmam, não se encontra devidamente contabilizada.

“A Quercus não está contra o controlo e entende que todas as pessoas que têm sofrido prejuízos devem ser ressarcidas. No entanto, também achamos que é preciso executar as ações de controlo de densidade populacional tendo em conta o número de animais existentes, e isso ainda ninguém con-

Há associações de caçadores nacionais e estrangeiras a competir pela atribuição dos 3.523 selos vermelhos. Na Arrábida estima-se que mais de 700 animais serão mortos.

seguiu dizer. Com o anúncio da oferta de dinheiro por cada exemplar abatido, corre-se o risco de estar a dizimar uma parte imensa da população”, disse ao Semmais o presidente regional da Quercus, Luís Silva.

“Há maneiras de calcular qual o número de animais existentes, identificando locais habituais de passagem e co-



IMAGEM DR

locando nessas zonas equipamento que os fotografe. Essa seria uma opção válida e que serviria de base para calcular quantos exemplares existem”, adiantou o mesmo responsável.

Recentemente o Ministério da Agricultura e do Mar fez um despacho, ainda não publicado, em que refere que os caçado-

res devidamente licenciados poderão receber 50 euros por cada macho abatido e 70 por cada fêmea. Estes valores, sabe o nosso jornal, têm despertado uma corrida aos diversos serviços do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) do país, com diversas associações de caçadores, nacionais e estrangeiras, a pre-

tenderem assegurar o máximo de selos vermelhos (autorizações de abate) para os seus associados.

Para a época cinegética em curso, que deverá findar em maio do próximo ano, existe uma estimativa do ICNF que prevê o abate de cerca de 6.450 javalis caso se confirme a estimativa de que serão abatidos 80 por cento dos animais cujo controlo de densidade populacional foi autorizado.

O nosso jornal apurou que foram autorizadas para esta época, em toda a região de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), 276 ações de controlo de densidade excessiva, ao passo que no ano anterior haviam sido autorizados 191 pedidos.

De acordo com as estimativas oficiais, a efetivação de 80 por cento dos abates autorizados (estão atribuídos 3.523 selos vermelhos) deverá redundar, na zona de LVT, no abate de 6.450 javalis. Para a Arrábida o número de animais mortos deverá ultrapassar os 700 contabilizados durante a última época cinegética. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

PUBLICIDADE



Porto de Setúbal

4º Concurso de Fotografia
do **Porto de Setúbal**

O Porto de Setúbal em Movimento

De 16 de Outubro a 6 de Novembro

Ver regulamento em www.portodesetubal.pt

Um lugar único, onde
a Sustentabilidade
impulsiona a Inovação.



3º Concurso de Fotografia do Porto de Setúbal - 2025
Autor - João Gomes
Título - Luz em Movimento

EMPREITADAS REPRESENTAM UM INVESTIMENTO DE CERCA DE 25 MILHÕES DE EUROS

Grândola reclama financiamento do Estado para requalificar escolas

A câmara pretende avançar com a intervenção em dois estabelecimentos de ensino, mas desconhece qual será a comparticipação estatal. Luís Vital Alexandre critica a posição do Governo e alerta para as dificuldades financeiras que os municípios podem enfrentar.

TEXTO DAVID MARCOS

A **REQUALIFICAÇÃO** e ampliação da Escola Secundária António Inácio da Cruz, em Grândola, poderá arrancar no próximo ano letivo. A empreitada, com um preço base superior a 13 milhões de euros, encontra-se em concurso e obriga à instalação de espaços provisórios para acolher os alunos durante as obras.

Em declarações ao Semmais, o presidente da câmara de Grândola, Luís Vital Alexandre, admite que a autarquia continua sem saber qual será a comparticipação do Estado. “Neste momento, infelizmente, não temos uma resposta para essa pergunta”, afirma, criticando a posição do Ministério da Educação.

“Apesar de existirem candidaturas e de termos candidatado a obra, o discurso do senhor ministro da Educação é o de reduzir ao mínimo a comparticipação do Estado,

em clara violação do acordo assinado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, para o financiamento das escolas inscritas nas prioridades 1 e 2 definidas pelo próprio Governo”, sustenta.

O financiamento integral da intervenção na secundária chegou a estar previsto durante o último Governo de António Costa, mas o projeto não avançou, situação que o atual autarca atribui também à posição do anterior executivo municipal. “Por razões aparentemente ideológicas, o executivo de então não acompanhou a intenção do Governo. Agora, o Governo muda de posição e ficamos numa situação bastante complicada”, afirma.

Enquanto aguarda pelo arranque das obras, o município continua a suportar cerca de 120 mil euros anuais com os monoblocos instalados na



IMAGEM DR

escola. “É absolutamente lamentável, que apenas encontra justificação no sucessivo adiamento de investimentos públicos prioritários”, critica.

ESCOLA BÁSICA ENFRENTA O MESMO IMPASSE

A incerteza estende-se à Escola Básica D. Jorge de

Lencastre, cuja requalificação, orçada em cerca de 12 milhões também se encontra em fase de concurso. No conjunto, as duas empreitadas representam um investimento de aproximadamente 25 milhões, sem que a autarquia tenha garantias sobre o financiamento estatal.

No restante parque escolar do concelho, decorrem trabalhos de manutenção e conservação nos centros escolares de Melides e do Carvalhal. No primeiro caso, as intervenções estão concentradas no exterior dos edifícios, sem comprometer o funcionamento das aulas. Já no Carvalhal, as obras no interior obrigaram à transferência dos alunos para instalações provisórias, estando o regresso previsto para o primeiro trimestre de 2027.

Além das intervenções previstas e em curso, Luís Vital Alexandre identifica a necessidade de construir um novo centro escolar na vila de Grândola, perante a insuficiente capacidade de resposta dos equipamentos existentes.

“Muitos destes equipamentos estão subdimensionados para a procura atual. Mesmo na sede de concelho”, observa o autarca, defendendo ser necessário “definir uma localização e elaborar um projeto tão breve quanto possível”. ■

Almada avança para terceiro concurso público de refeitório escolar

EB2 da Costa da Caparica é um dos quatro projetos prioritários. O novo refeitório está previsto há seis anos, mas os dois concursos anteriores ficaram desertos. Nova Escola António Gedeão, no Laranjeiro, custará 15 milhões de euros.



IMAGEM DR

DEZENAS de pessoas concentraram-se na passada semana em frente à Escola EB2, na Costa da Caparica, exigindo a imediata construção de um novo refeitório para o estabelecimento. O atual, um pré-fabricado, é provisório e foi instalado já este ano, em substituição de outro que ali se encontrava desde 2024. Este mês sofreu um princípio de incêndio. A necessidade de construção de um novo equipamento já dura

há seis anos. A câmara de Almada garante que esta é uma obra prioritária e já lançou um terceiro concurso público para ver se a concretiza. Entretanto, no concelho, outras escolas aguardam intervenções urgentes, num montante que pode rondar os 30 milhões.

“A construção de um novo refeitório na EB2 da Costa da Caparica é uma das principais prioridades da câmara. No passado dia 19 houve um

curto-circuito no monobloco que serve de refeitório. Foi uma situação prontamente dominada e que não obrigou à chegada das equipas de socorro. Depois disso a empresa responsável e os serviços camarários fizeram verificações e o espaço continua a funcionar como refeitório e dentro das normas de segurança”, explicou ao Semmais o vereador responsável pelo pelouro, Filipe Pacheco.

Mas, apesar das garantias de segurança na utilização daquele espaço, onde se encontravam cerca de 80 crianças quando do incidente, a autarquia garante que a construção de um novo refeitório para aquela escola é prioritária. “De facto, realizaram-se dois concursos públicos para se construir o refeitório. Ambos ficaram desertos. Desta feita, o terceiro concurso público tem um valor superior a 500 mil eu-

ros”, confirmou o responsável autárquico. Em agosto de 2020 o valor proposto era de pouco mais de 505 mil euros. Em abril de 2023 o montante subiu para mais de 427 mil euros, ainda assim insuficiente para atrair qualquer empreiteiro.

Filipe Pacheco disse depois ao nosso jornal que o caso em apreço é apenas um dos quatro que a edilidade pretende ver resolvidos com brevidade. “A situação mais grave é a da escola António Gedeão (Laranjeiro/Feijó). Será necessário fazer uma escola nova e o concurso público para a empreitada deverá estar concluído até final do ano. Terá um custo de 15 milhões de euros. É, juntamente com a questão do refeitório da EB2 da Costa da Caparica, a situação mais urgente. Depois há também necessidade de lançar concursos públicos, com financiamentos, para obras nas escolas do Monte da Caparica e D. António da Costa, em Almada”, diz. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

Cerca de 12 mil casas de Almada podem receber apoio para reduzir ruído

Levantamento do LNEC identifica 11.860 habitações na área abrangida pelo programa, 3.216 das quais nas zonas sujeitas aos níveis mais elevados. Cerca de 23.800 residentes vivem no território elegível.



CERCA 12 MIL habitações de Almada estão na área elegível para receber apoios destinados a melhorar o isolamento acústico dos edifícios afetados pelo ruído do Aeroporto Humberto Delgado. Os dados, avançados pela autarquia ao Semmais, constam do levantamento do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que serviu de base à definição do Programa Menos Ruído.

Das 11.860 habitações identificadas, 3.216 encontram-se na zona sujeita aos níveis mais elevados de ruído. A câmara de Almada adiantou ainda que o universo abrangido corresponde a cerca de 23.800 residentes, sendo que cerca 5.400 vivem

na área com maior exposição.

O próximo passo para colocar o programa no terreno deverá ser dado ainda este mês. Segundo a autarquia, a constituição da equipa responsável pela implementação e a abertura do aviso para candidaturas deverão ser deliberadas na segunda reunião ordinária do executivo, pré-agendada para dia 21 deste mês.

A duração do período de candidaturas e a data para o início das intervenções permanecem em aberto. O município explica que estes prazos “ainda não estão definidos”, uma vez que serão estabelecidos no próprio aviso, que “ainda está em fase de elaboração”.

HABITAÇÃO PERMANENTE ENTRE AS PRIORIDADES

A seleção dos pedidos terá em conta critérios já estabelecidos no regulamento que, recentemente aprovado pela Assembleia Municipal, fixa em cinco mil euros o valor máximo do apoio por beneficiário.

De acordo com a edilidade, será dada prioridade às candidaturas relativas a “alojamentos com utilização de habitação permanente” e àquelas em que os proponentes “se encontrem em situação de vulnerabilidade social”. Não obstante, o aviso poderá “incluir critérios adicionais”.

Os moradores terão, por outro lado, de procurar apoio

especializado para definir as obras necessárias. “Não está previsto acompanhamento técnico por parte do município”, esclarece a autarquia, acrescentando que os candidatos deverão recorrer “a empresas da especialidade” e apresentar orçamentos detalhados e descrições das intervenções. A edilidade assegurará apenas acompanhamento “de natureza processual e administrativa” na instrução e submissão das candidaturas, disponível através do endereço criado para o programa ou presencialmente nos Espaços do Cidadão.

Almada dispõe de cerca de 318 mil euros do Fundo Ambiental para executar a medi-

da. Questionada pelo Semmais sobre se considera o montante suficiente face às necessidades identificadas, a edilidade limitou-se a indicar que “o município não solicitou reforço das verbas alocadas”.

Criado pelo Governo para reduzir os impactos do ruído provocado pelo Aeroporto Humberto Delgado, o Programa Menos Ruído abrange Almada, Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira e financia intervenções no isolamento acústico das habitações, nomeadamente em fachadas, janelas, caixilharias e caixas de estore. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Demolição de equipamento de restauração está no centro da polémica. A obra, dizem os oponentes da presidência, não poderia ser executada por não estar contratualizada e por dizer respeito a elemento histórico do concelho.



Chega ameaça executivo da câmara do Montijo com tribunal

OS ELEITOS municipais do Chega no Montijo ponderam apresentar uma participação judicial contra a presidência do executivo, a quem acusam de ter permitido a destruição de um equipamento de restauração que até há duas semanas existia no Parque Municipal da cidade. Trata-se de um edifício que, dizem, mesmo não sendo classificado, pertencia ao património local e que acabou demolido na totalidade quando a autorização em vigor permitia que apenas uma pequena parte fosse deitada abaixo.

“Já solicitámos a consulta total do processo e aguardamos que a mesma seja satisfeita para depois, caso se confirmem as irregularidades de que suspeitamos, podermos avançar para a via judicial”, disse ao Semmais o dirigente distrital do Chega, Nuno Valente. “Acreditamos

que estamos perante uma ilegalidade grave e perante uma clara violação do que estava contratado entre o município e o concessionário daquele espaço”, explicou.

“Estamos perante a demolição de um elemento histórico. Uma demolição que, seguramente, é ilegal, porque o que estava autorizado era apenas derrubar umas estruturas metálicas”, disse ainda o dirigente do Chega, referindo-se à obra que terá sido projetada na década de 1960 pelo arquiteto paisagístico Caldeira Cabral.

Ao que o Semmais apurou, o concessionário daquele espaço de restauração (a concessão ter-lhe-á sido entregue em 2024) terá demolido a totalidade do edifício suportado na necessidade de construir novos espaço sanitários. Esta operação de

demolição total, que não estaria no contrato inicial, faz, dizem os eleitos do Chega, com que não seja possível voltar a ter o espaço de restauração a funcionar na totalidade quando faltam apenas sete meses para que termine o contrato original celebrado entre o município e arrendatário.

O assunto, conforme apurou o nosso jornal, também já será do conhecimento da Associação dos Arquitetos Paisagísticos Portugueses, que pretendem igualmente saber quais os passos dados que conduziram ao atual desfecho do caso.

O nosso jornal procurou obter uma explicação por parte do presidente da câmara do Montijo, Fernando Caria, não tendo sido possível a recolha de qualquer depoimento. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

DIREÇÃO AMBICIONA IR ALÉM DA ORGANIZAÇÃO DE COMPETIÇÕES

Associação de Ginástica de Setúbal quer reforçar proximidade aos clubes

TEXTO DAVID MARCOS

APROXIMAR os clubes e apoiá-los para além da organização de competições é uma das prioridades da Associação de Ginástica do Distrito de Setúbal (AGDS). A formação, a disponibilização de equipamentos e o financiamento de provas são algumas das medidas que a estrutura pretende reforçar para estreitar a ligação às coletividades e contribuir para o desenvolvimento da modalidade.

O presidente, Paulo Pinto, recorda um período de afastamento entre a associação e os clubes e aponta a recuperação dessa relação como uma das prioridades do mandato. “A real necessidade é conseguir que os clubes sintam que fazem parte da associação, que esta não sirva apenas para organizar campeonatos territoriais, mas que pode ajudar no dia-a-dia das coletividades e no desenvolvimento da modalidade”, explica ao Semmais.

Na última época, a AGDS contabilizou 43 clubes e 3980 atletas inscritos, um crescimento de cerca de 15% face ao período anterior à pandemia. Os trampolins são a disciplina com maior expressão, ultra-

passando os 1100 praticantes, seguidos da ginástica rítmica. Apesar da dimensão de alguns emblemas, Paulo Pinto sublinha a importância de apoiar também os clubes mais pequenos e de lhes proporcionar condições para crescer. “Queremos trabalhar com todos e estamos efetivamente a crescer. Esperamos que os fatores económicos não impeçam a continuidade desse crescimento. Por isso, uma das prioridades tem sido a consolidação da associação”, acrescenta.

Organismo liderado por Paulo Pinto aposta na formação, no apoio financeiro e na disponibilização de equipamentos para responder às necessidades das coletividades. A falta de instalações adequadas continua a ser um dos principais desafios da modalidade.

passando os 1100 praticantes, seguidos da ginástica rítmica. Apesar da dimensão de alguns emblemas, Paulo Pinto sublinha a importância de apoiar também os clubes mais pequenos e de lhes proporcionar condições para crescer. “Queremos trabalhar com todos e estamos efetivamente a crescer. Esperamos que os fatores económicos não impeçam a continuidade desse crescimento. Por isso, uma das prioridades tem sido a consolidação da associação”, acrescenta.



APOSTA NA FORMAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARTILHADOS

A estratégia definida até 2028, ano em que termina o atual mandato, prevê formação para treinadores, com metade dos custos suportados pela AGDS, além de ações dirigidas a juizes e dirigentes. Recentemente, foram formados 35 novos juizes de trampolins, reduzindo a dependência de outros distritos para assegurar o funcionamento das competições.

“Queremos ganhar autonomia, mas também garantir

que estamos a proporcionar mais-valias e competências aos nossos treinadores, dirigentes e juizes”, salienta Paulo Pinto.

O investimento em material desportivo adequado às diferentes disciplinas constitui outra das apostas. Ao abrigo de um acordo recente com a câmara de Setúbal, a associação investiu cerca de 60 mil euros em equipamentos para o pavilhão das Manteigadas, que serão partilhados pelos clubes e pelas seleções territoriais. A coorganização de

campeonatos permite ainda atribuir verbas às coletividades, reconhecendo o trabalho desenvolvido.

A falta de instalações adequadas continua, contudo, a ser um dos principais obstáculos. Muitos clubes dependem de pavilhões municipais, com horários limitados, ou utilizam espaços sem condições. “Um dos grandes desafios passa por convencer os municípios a ajudar estas coletividades a crescer, criando equipamentos pensados para as necessidades específicas da ginástica”, defende. ■

HCP Grândola focado na permanência no regresso à II Divisão

O clube grandolense aposta num plantel jovem e competitivo para assegurar a manutenção. Presidente Vítor Romão reconhece as limitações financeiras e geográficas, mas confia na equipa orientada por Nelson Mateus.

DEPOIS de conquistar a Série Sul B da III Divisão e disputar o título nacional do escalão, o HCP Grândola está de regresso à II Divisão de hóquei em patins, onde competiu pela última vez em 2023/24. A permanência é o objetivo do presidente Vítor Romão, que afasta, para já, aspirações mais elevadas.

“Não há qualquer outra ambição do Grândola. Espero que tenhamos conseguido fazer o

suficiente para nos mantermos nesta super exigente II Divisão”, diz o dirigente ao Semmais.

Para enfrentar a exigente subida o clube procurou jogadores jovens que já conhecessem patamares competitivos elevados. “Não é fácil conjugar estes dois fatores, que é ser jovem e ao mesmo tempo já ser experiente”, reconhece Romão, acrescentando que a intenção foi encontrar “gente com vontade de

crescer mais”, sem contratar atletas acima dos 23 ou 24 anos.

O plantel deverá contar com 13 elementos, dos quais cinco ou seis formados no clube. A ligação à formação mantém-se, embora o presidente admita que o emblema ainda não consegue promover tantos jogadores quanto gostaria à equipa principal.

A transição entre a formação e o plantel principal também es-

teve presente na decisão de não manter a equipa de sub-23, campeã nacional na última temporada. Com grande parte dos atletas a atingir o limite de idade, o clube ficaria apenas com quatro ou cinco jogadores elegíveis, sendo necessário contratar outros seis ou sete para reconstruir o grupo, um esforço considerado inviável perante as exigências da II Divisão e do campeonato de sub-23.

“Gostávamos de defender o título nacional, que é histórico e único a nível do Sul do país, mas não havia essa condição. Não era viável”, lamenta Vítor Romão. Os jogadores considerados preparados foram integrados na equipa sénior, enquanto os restantes seguiram o percurso noutras clubes, podendo regressar a Grândola depois de adquirirem maior experiência competitiva.

A continuidade de Nelson Mateus no comando técnico é outra aposta do clube para enfrentar o novo desafio. Romão destaca a preparação académica, o rigor e a ambição do treinador, considerando-o fundamental num projeto condicionado pela localização geográfica e pelos recursos financeiros. “É alguém que tem uma mensagem muito forte e ambiciosa para os jogadores. E tem um rigor extraordinário”, elogia. ■

TEXTO DAVID MARCOS





DIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES

13 DE OUTUBRO DE 2026

RESILIÊNCIA COMEÇA EM CASA

Como proteger a sua casa

- | | | |
|---|-----------------------|---|
| 1 | Informe-se | Conheça os riscos locais |
| 2 | Plano familiar | Crie um plano de emergência familiar |
| 3 | Preparação | Mantenha mantimentos e kits de emergência |
| 4 | Seguro | Verifique o seguro da habitação |



Consulte
folheto

Proteção Civil Municipal – 265 739 330 | 265 522 122 | Número Municipal de Socorro – 808 212 216

PROJETO DE 1978 GANHA VIDA NO FÓRUM MUNICIPAL LUÍSA TODI

TAS recupera “Os Emigrantes” quase 50 anos depois

A peça de Sławomir Mrożek, em cena até domingo, concretiza uma antiga ambição de Carlos César. Duarte Victor destaca a atualidade de um texto sobre a emigração, a exploração e a liberdade.

TEXTO DAVID MARCOS

QUASE CINCO DÉCADAS depois de ter sido projetada pelo Teatro de Animação de Setúbal (TAS), “Os Emigrantes”, de Sławomir Mrożek, chega finalmente ao palco. Com encenação de Duarte Victor e interpretação de André Moniz e Gonçalo Romão, a produção recupera um projeto de 1978 que não chegou a concretizar-se devido a problemas com os direitos de autor. A peça está em cena no Fórum Luísa Todi até domingo.

Escrita no início da década de 1970 e traduzida para português por João Lourenço, a obra acompanha dois emigrantes que partilham o mesmo espaço, apesar das diferenças de origem, motivações e expectativas. Para Duarte Victor, o confronto entre as personagens nasce da forma distinta como cada uma vive a realidade que as rodeia: um intelectual que procura observá-la e compreendê-la e um trabalhador que sente diretamente o peso da exploração.

“Um está lá voluntariamente, no caso do intelectual, para observar essa realidade e pensar, escrever, o objetivo dele é descrever essa realidade. E o outro é a vítima direta dessa realidade. Que é o imigrante que parte com esperanças de um dia voltar melhor do que estava”, explica Semmais ao encenador.

É nesta relação que Duarte Victor encontra a atualidade de um texto que ultrapassa o contexto em que foi escrito, num tempo marcado pelas tensões em torno das migrações e pelas divisões políticas e sociais. “Vivemos numa aldeia global que, pelos valores e geopolítica, foi-se fraturando e dividindo. E o facto de as populações se deslocarem através dos países e continentes vem a criar fraturas acentuadas, sobretudo nas sociedades europeias”, considera.

UMA HOMENAGEM A CARLOS CÉSAR

A reposição da peça permite também recuperar um capítulo interrompido da his-

tória do TAS e homenagear Carlos César, fundador da companhia, que alimentou o projeto há quase meio século.

“Eu sempre achei que este texto deveria ser incluído, ou voltar a ser incluído na programação da companhia, visto que o Carlos César ficou um pouco desgastado com todo este processo. E eu acho que também seria uma feliz homenagem ao homem que fundou a companhia”, afirma Duarte Victor.

Na altura, Carlos César recebeu em Setúbal, juntamente com o ator Carlos Daniel, o encenador francês Roger Blin, com quem pretendia trabalhar o texto do dramaturgo polaco. A colaboração representava uma oportunidade de aproximação ao teatro europeu e de projeção de uma companhia ainda jovem.

“Representava uma ligação com o exterior e com, de alguma forma, a internacionalização da companhia. A presença de uma referência



do teatro europeu constituía uma oportunidade de projeção”, recorda o encenador.

Depois de “Em Alto Mar”

e “Revolução”, “Os Emigrantes” encerra o ciclo dedicado a Mrożek, integrado nas comemorações dos 50 anos do TAS. ■



Com encenação de Maria Mascarenhas e texto de Pedro Saavedra, a peça parte do julgamento por violação a que a artista foi sujeita no século XVII para retratar a determinação de uma mulher que desafiou as convenções do tempo.

Espetáculo explora o universo íntimo da pintora Artemisia Gentileschi

A **HISTÓRIA** de uma mulher que enfrentou um julgamento por violação na Roma do século XVII chega à Casa da Música Jorge Peixinho com “O Julgamento” de Artemisia Gentileschi, uma criação da Companhia Mascarenhas-Martins e de O Fim do Teatro. O espetáculo estreia esta sexta-feira e fica em cena até 1 de novembro, com encenação de Maria Mascarenhas e texto de Pedro Saavedra, que lançou o desafio de levar a vida da pintora barroca ao palco.

Mais do que reconstituir o processo judicial, a encenadora procura compreender como a artista conseguiu afirmar-se apesar da violência sofrida e dos obstáculos impostos às mulheres da época. “Interessante muito mais perceber como é que uma mulher que passou por tudo isto conseguiu manter o foco naquilo que queria. Para mim, o julgamento é sobretudo uma questão interna: perce-

ber onde estão as fragilidades dela e como as supera”, explica ao Semmais.

Artemisia foi violada pelo pintor Agostino Tassi, a quem o pai confiara a sua formação artística. O processo expôs a jovem a provas humilhantes e à tortura, mas não impediu que construísse uma carreira de destaque. Para Maria Mascarenhas, a singularidade da pintora manifesta-se sobretudo na forma como transpôs para a tela a sua visão do mundo.

Ao contrário das representações femininas dominadas pela vulnerabilidade, Artemisia conferiu às figuras dos seus quadros uma força que contrariava as convenções da época. “Ela pinta estas mulheres não como figuras frágeis ou apenas bonitas, mas como se fossem guerreiras”, observa a encenadora, para quem o essencial é “não desprezar o poder feminino”.

Esta abordagem à pintura orientou as opções visuais do espetáculo,

que cruza referências aos figurinos da época com uma cenografia abstrata, concebida para acompanhar as memórias e os pensamentos da protagonista. A música ao vivo, interpretada por Inóspita, acrescenta outra dimensão à personagem, que Maria Mascarenhas associa à imagem de uma loba indomável.

O percurso da pintora mantém, para a encenadora, uma mensagem atual, num tempo marcado por dificuldades e incertezas. “É importante mantermos o foco e não perdermos a esperança no sonho, na vontade de fazer diferente e de mudar o mundo”, defende.

As sessões realizam-se às sextas-feiras e aos sábados, às 21h30, e aos domingos, às 16h30. No dia 1 de novembro, após o espetáculo, haverá uma conversa com a equipa artística. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Film Fest regressa para afirmar Setúbal no mapa cultural

Com uma identidade própria, o festival cruza cinema e música, tradição e contemporaneidade, criação local e dimensão internacional. A oitava edição apresenta 35 filmes e nove cine-concertos.

O CINEMA mudo ganha uma nova dimensão quando a música acontece em palco. É essa experiência que o Film Fest – Festival de Cinema Musicado ao Vivo volta a propor em Setúbal, entre 22 de outubro e 1 de novembro, com uma programação que reúne 35 filmes e nove cine-concertos. Na oitava edição, o certame volta a apostar no diálogo entre a imagem e a criação musical.

Ao longo de onze dias, cerca de duas dezenas de músicos nacionais e internacionais vão dar vida a bandas sonoras concebidas especificamente para os filmes exibidos. Entre os convidados estão Stephen Horne, pianista residente no National Film Theatre, em Londres, a harpista Elizabeth-Jane Baldry e o Duo Yumeno, com sede em Nova Iorque.

“A programação oferece diversidade de épocas, geografias, linguagens e formas de fazer cinema”, afirma ao Semmais fonte da divisão de cultura da câmara de Setúbal, destacando obras provenientes dos Estados Unidos, França, Alemanha, Ucrânia, Estónia, Japão e Portugal.

Organizado pelo município, o Film Fest - que tem o selo EFFE - Europe for Festivals, Festivals for Europe - é apresentado como o único festival do género em Portugal. A autarquia pretende consolidá-lo como uma referência cultural diferenciadora e reforçar a sua ligação aos públicos, criadores e agentes culturais da cidade.

CINEMA JAPONÊS EM PAPEL E CLÁSSICOS RESTAURADOS

Uma das novidades desta edição é a apresentação de filmes japoneses em papel, recentemente restaurados. Produzidas entre 1932 e 1938, estas obras de animação e imagem real foram realizadas sobre papel, em vez de película, e incluem exemplares a cores. “É uma oportunidade para o público descobrir uma forma muito particular e pouco conhecida de cinema japonês”, sublinha a mesma fonte.

A sessão está marcada para 31 de outubro, no Forum Luísa Todi, e será acompanhada ao vivo pelo Duo Yumeno, que combina instrumentos tradicionais japoneses, como o koto e o shamisen, com o violoncelo. Na véspera, a 30 de outubro, o duo orienta uma masterclass de música tradicional japonesa no Salão Nobre dos Paços do Concelho.

Outro dos destaques é “Maria do Mar”, de Leitão de Barros, numa cópia digitalizada pela Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema. A programação inclui ainda “O Sangue de um Poeta”, de Jean Cocteau, “Paris que Dorme”, de René Clair, numa versão restaurada em 4K, e “O Gabinete das Figuras de Cera”, de Paul Leni.

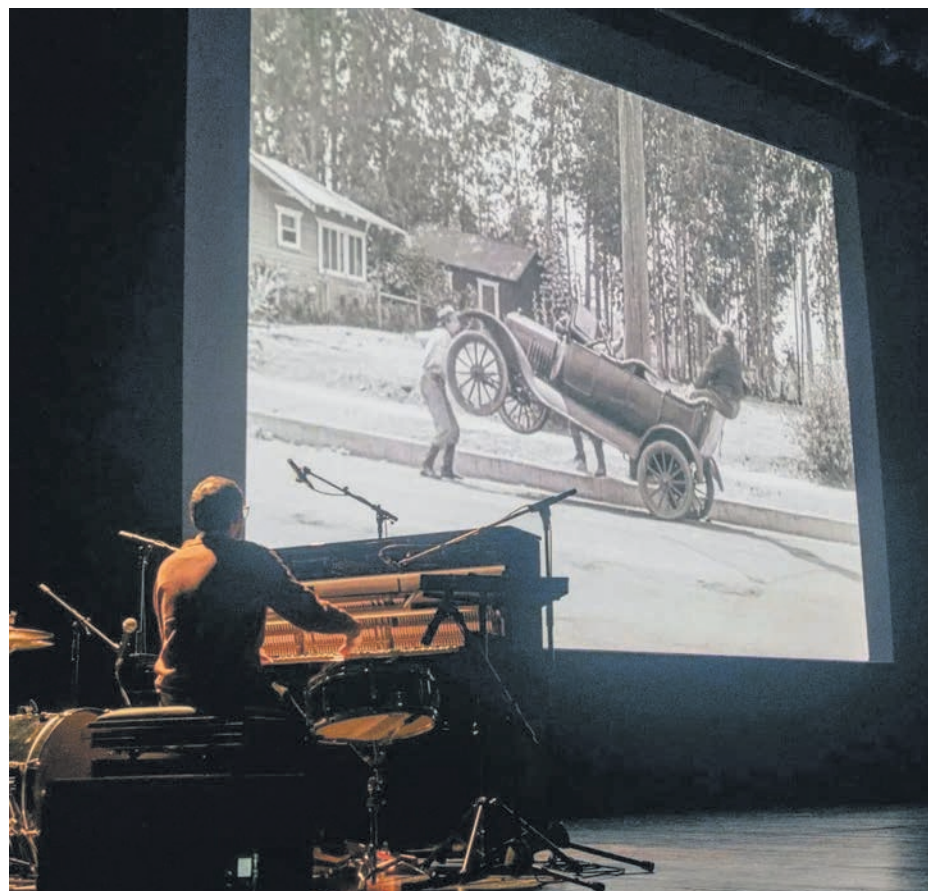


IMAGEM DR

Entre as obras menos conhecidas está “Estação Pupki”, filme ucraniano de 1931, de Khanan Shmain, que permaneceu durante muito tempo dado como perdido até ser redescoberto, em 2015, nos Arquivos Federais Alemães.

A sessão de abertura, a 22 de outubro, coloca em destaque “Suspense” (1913), de Lois Weber, uma das realizadoras mais importantes do cinema mudo, e “Dormir de Barriga Cheia” (1906), de Edwin S. Porter. A exibição decorre às 19 horas, no rooftop do Forum Luísa Todi, com acompanhamento musical ao vivo de Beatriz Mendes, Matilde Caetano, Inês Caetano, Sofia Pimenta Ribeiro e Maria Pimenta Ribeiro, sob direção musical de André Lisboa.

Animação para descobrir em família. O cinema da Estónia também merece especial atenção nesta edição, com destaque para filmes de animação em stop-motion e com marionetas. As obras integram sessões dirigidas às escolas e às famílias, acompanhadas musicalmente pelo pianista Daniel Almeida e pelo Space Ensemble, respetivamente.

A aposta no público mais jovem é assumida como uma componente central da estratégia do festival. “É junto das crianças e dos jovens que se formam os públicos do futuro e que se constrói uma relação duradoura com o cinema e com a música”, salienta a fonte municipal.

A organização considera que o Film Fest tem vindo a conquistar o seu espaço na cidade e junto dos espectadores, contribuindo para afirmar Setúbal como um território culturalmente dinâmico e aberto à criação artística.

As principais sessões decorrem no Forum Luísa Todi e no Cinema Charlotte, mas a programação estende-se a outros espaços, procurando aproximar o festival de diferentes públicos e alargar a experiência cinematográfica para além da sala de exibição.

O Film Fest não se limita à exibição de filmes. A programação inclui atividades paralelas que cruzam cinema, exposição e formação artística.

A Casa da Cultura recebe a mostra “O Outro Lado da Câmara na Animação Stop-Motion”, patente de 24 de outubro a 13 de dezembro, e a oficina “Misturadores de Som”. Na Casa das Imagens Lauro António, estão previstas a oficina “Os Filmes e as Canções”, dirigida aos utentes da APPACDM, e uma sessão de cinema de animação integrada nas comemorações do Halloween.

“O festival não se limita à exibição de filmes. Ocupa diferentes espaços da cidade e proporciona outras formas de contacto com o cinema e com a criação artística”, destaca fonte da Divisão de Cultura do município. ■

TEXTO ANTÓNIO LUÍS

Agenda

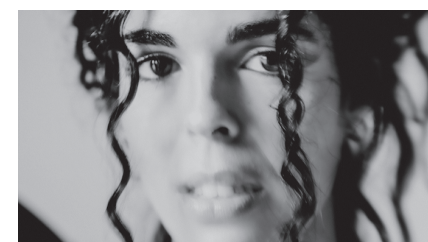


“SAKAMOTO 1996”

Inspirados no álbum do pianista e compositor japonês Ryuichi Sakamoto, João Vasco (piano), Pedro Lopes (violino) e Fernando Costa (violoncelo) revisitam no Fórum Cultural o universo criativo de uma das maiores referências da música contemporânea.

Alcochete

17 de outubro, às 18h00 e 21h30



RITA ONOFRE

Num café-concerto no Cinema-Teatro Joaquim d’Almeida apresenta “Bruta”, um álbum que, desenvolvido em colaboração com Ned Flanger, explora sonoridades eletrónicas intensas com influências do rock.

Montijo

17 de outubro, às 21h30

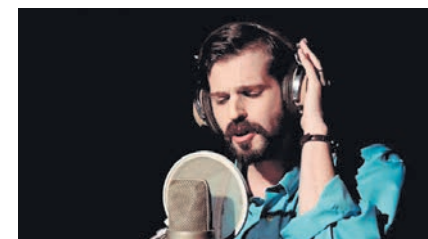


FILIPE NOVELLINO & CATARINA MADEIRA

Um recital de piano a quatro mãos, no Convento dos Capuchos, convida o público a descobrir a riqueza expressiva das obras de Maurice Ravel, Piotr Tchaikovsky e Franz Schubert.

Almada

17 de outubro, às 19h00



“PLAYBACK”

Filme que percorre a vida e obra de Carlos Paião, um dos mais enigmáticos cantores e compositores portugueses. Em exibição no Cineteatro João Mota, é interpretado por Beatriz Brás, Anabela Moreira, Albano Jerónimo, Laura Dutra e Rafael Ferreira.

Sesimbra

17 de outubro, às 21h30

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

A democracia não se defende sozinha

A Europa vive um paradoxo perigoso: o descontentamento com as democracias pode abrir caminho a regimes que acabam por retirar aos cidadãos a liberdade de se queixarem.

A turbulência política em França é mais um sinal de alerta. A crise da habitação, o custo de vida, a insegurança económica e a degradação dos serviços públicos alimentam a descrença nas instituições e abrem espaço aos discursos extremistas. Em nome do combate à imigração, da ordem e da recuperação de uma grandeza perdida, multiplicam-se promessas fáceis para problemas complexos.

É neste terreno que prosperam os que apresentam os regimes autoritários como exemplos de estabilidade e eficácia. Como se, por lá, tudo estivesse controlado. Como se a ausência de contestação significasse consenso e a obediência fosse sinónimo de prosperidade. A propaganda esconde aquilo que os europeus não podem esquecer: sem liberdade de imprensa, justiça independente e alternância política, a ordem pode ser apenas a face visível da opressão.

Mas seria um erro atribuir esta deriva apenas à manipulação dos eleitores. A democracia também tem responsabilidades. Não basta proclamar valores enquanto há famílias sem acesso à habitação, salários que não chegam ao fim do mês e serviços públicos incapazes de responder às necessidades. A democracia não pode limitar-se a garantir liberdade; tem de criar condições para que ela seja vivida com dignidade.

A saída desta encruzilhada exige respostas concretas: habitação acessível, melhores serviços públicos, salários dignos, políticas migratórias sérias e instituições mais próximas dos cidadãos. Exige, sobretudo, uma Europa capaz de demonstrar que a liberdade e a justiça social não são obstáculos à eficácia, mas condições para uma sociedade equilibrada.

O risco não está apenas na ascensão dos extremismos. Está também na incapacidade dos democratas para corrigir os erros que os alimentam. As democracias não desaparecem apenas por golpes de Estado. Podem definir por dentro, com votos legítimos e promessas de salvação.

E quando os europeus perceberem que trocaram a liberdade pela ilusão da ordem, talvez já seja tarde para recuperar aquilo que julgavam garantido.



VALDEMAR SANTOS
MILITANTE DO PCP

Num snack-bar sadino a abarrotar com o calor típico já não da época de Verão mas do ambiente desportivo que os ecrãs de televisão naturalmente transmitem nestes prolongados dia-a-dia, um frequentador típico comentou: «Este está zangadão!», ao que, mais ao fundo da sala, um outro deu da sua assim: «Se estás numa de zês, então não te esqueças do zangadinho, aquele da Ucrânia».

Então, quem alternava no espectáculo, termo que usamos com algum constrangimento próprio porque o que os olhos captam é morte, destruição, afronta à Soberania

ZANGA

Nacional de Estados, desrespeito pela Carta das Nações Unidas quanto ao Direito e à Defesa da Paz em todo o Mundo, à Solidariedade Internacionalista entre os Povos de todos os Continentes, ao Desenvolvimento económico e social, eram, nem mais nem menos, Trump, o zangadão, e Zelensky.

Tal como o que aqui rascunhamos em nada, absolutamente nada, será desmentido pelo avenir próximo, outro freguês pôs tudo na ordem sem precisar de altos estudos: «Não ponham as mesas a cheirar a petróleo, por favor! Olhem lá os isqueiros...».



UM CAFÉ E DOIS DEDOS DE CONVERSA

PAULO EDSON CUNHA
DEPUTADO PSD

Há uma nobre arte na política portuguesa que consiste em prescrever aos outros a coragem que nos faltou quando tivemos o destino do país nas mãos. Pedro Passos Coelho, subitamente saído do seu retiro de ponderação para assumir o papel de oráculo da pátria, resolveu pontificar sobre a urgência de “fazer reformas”. Numa intervenção impregnada de gravidade, o ex-primeiro-ministro alertou o atual Executivo de Luís Montenegro de que a janela de oportunidade para transformar o país se está a fechar rapidamente. É de uma generosidade pedagógica que quase nos comove.

A memória política, contudo, é um bicho traiçoeiro e teima em ter mais de dez dias. Quando ouvimos a pregação vibrante de Passos Coelho sobre o dever sagrado de reformar, torna-se impossível não ser invadido por uma sensação de déjà-vu e perguntar: onde ficou, afinal, a grande reforma da Taxa Social Única (TSU) que o próprio prometeu em 2012? Aquela fórmula milagrosa que pretendia baixar os custos das empresas à custa dos rendimentos dos trabalhadores, diziam os seus detractores, foi apresentada como o pilar da modernização económica.

E, independentemente da bondade da medida (que eu apoiava, já agora) bastou, contudo, uma vaga de protestos nas ruas, o sobressalto do patronato e a oposição unânime da sociedade para que a bravura reformista se evaporasse e a proposta fosse metida na gaveta à pressa. Fazer reformas é uma ambição magnífica, desde que ninguém proteste muito.

O mais fascinante é observar como a história se repete. Hoje, Luís Montenegro enfrenta o mesmo tipo de oposição

O ORÁCULO DAS REFORMAS PERDIDAS

empedernida a qualquer intenção de mudança estrutural. Mas há mais coincidências nesta comédia parlamentar. No tempo de Passos Coelho, o obstáculo para tudo parar – ou para as reformas que ficavam pelo caminho – era a implacável Troika e o braço de ferro com o Tribunal Constitucional. Hoje, Montenegro não tem a “troika”, mas sim a falta de maioria absoluta e a chantagem da oposição. O enredo é rigorosamente o mesmo: “nós queremos transformar Portugal, mas simplesmente não nos deixam”.

Para abrilhantar o circo da direita, surge agora o Chega a apresentar um programa económico que faz a Delícia das Crianças parecer um tratado de finanças públicas. Entre a abolição imediata de todas as portagens e a redução voluntarista da idade da reforma sem qualquer sustentabilidade orçamental, o catálogo de promessas do Chega faria cair os cabelos ao mais tolerante dos técnicos do FMI.

E é aqui que a ironia atinge o seu auge festivo. Como pode Pedro Passos Coelho – o apóstolo puritano da austeridade, o guardião do rigor orçamental e da disciplina cega – acenar com a necessidade de criar pontes à sua direita para governar? É mesmo com parceiros que propõem esta feira de irrealismo financeiro e demagogia fiscal que o ex-primeiro-ministro quer ver o país a “fazer reformas”?

Criticar a partir do conforto da bancada dos reformadores reformados é um exercício fácil. Mas exigir a Montenegro a audácia que se desfez ao primeiro sobressalto de rua não é liderança moral; é apenas saudosismo com fraca memória histórica.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; semmaisjournal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais.pt** / /jornalsemmais

NINHO DE **NOVAS** INICIATIVAS EMPRESARIAIS DE SETÚBAL

▶ ESPAÇOS QUE ABREM
PORTAS ÀS SUAS IDEIAS



Mercado do Livramento
Reservas e mais informações:
265 545 390



NINHO DE NOVAS
INICIATIVAS EMPRESARIAIS
DE SETÚBAL



Município
Setúbal
Capital Natural

Dona ERMELINDA

FAZ PARTE DA SUA VIDA

TRADIÇÃO E
EXCELÊNCIA,
EM TODOS OS
MOMENTOS.

Vinho tinto rico em frutos vermelhos
bem maduros, bem harmonizado
com a mdeira. Final de boca cheio,
complexo, longo e agradável.

*Red wine rich in very ripe red fruits
well combined with the wood.
Full, complex, long and
pleasant aftertaste.*



WWW.ERMELINDAFREITAS.PT



SEJA RESPONSÁVEL. BEBA COM MODERAÇÃO.



WINE MODERATION
BEBA COM MODERAÇÃO